



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico-Administrativo em Educação

Edital nº 192/2015

Data: 29 de novembro de 2015.

Duração: das 9:00 às 13:00 horas.

Técnico em Assuntos Educacionais

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

Prezado(a) Candidato(a),

Para assegurar a tranquilidade no ambiente de prova, bem como a eficiência da fiscalização e a segurança no processo de avaliação, lembramos a indispensável obediência aos itens do Edital e aos que seguem:

01. Deixe sobre a carteira **APENAS caneta transparente e documento de identidade**. Os demais pertences devem ser colocados embaixo da carteira em saco entregue para tal fim. Os **celulares devem ser desligados** antes de guardados. O candidato que for apanhado portando celular será automaticamente eliminado do certame.
02. Anote o seu número de inscrição e o número da sala, na capa deste Caderno de Questões.
03. Antes de iniciar a resolução das 50 (cinquenta) questões, verifique se o Caderno está completo. Qualquer reclamação de defeito no Caderno deverá ser feita nos primeiros 30 (trinta) minutos após o início da prova.
04. Ao receber a Folha-Resposta, confira os dados do cabeçalho. Havendo necessidade de correção de algum dado, chame o fiscal. Não use corretivo nem rasure a Folha-Resposta.
05. A prova tem duração de **4 (quatro) horas** e o tempo mínimo de permanência em sala de prova é de **1 (uma) hora**.
06. É terminantemente proibida a cópia do gabarito.
07. A Folha-Resposta do candidato será disponibilizada conforme subitem 12.7 do Edital.
08. Ao terminar a prova, não esqueça de assinar a Ata de Aplicação e a Folha-Resposta no campo destinado à assinatura e de entregar o Caderno de Questões e a Folha-Resposta ao fiscal de sala.

Atenção! Os dois últimos participantes só poderão deixar a sala simultaneamente e após a assinatura da Ata de Aplicação.

Boa prova!

Coloque, de imediato, o seu número de inscrição e o número de sua sala nos retângulos abaixo.

Inscrição

Sala

“E agora, José?”

01 Há versos célebres que se transmitem através das idades do homem, como roteiros, bandeiras,
02 cartas de marear, sinais de trânsito, bússolas – ou segredos. Este, que veio ao mundo muito depois
03 de mim, pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, acompanha-me desde que nasci, por um
04 desses misteriosos acasos que fazem do que viveu já, do que vive e do que ainda não vive, um
05 mesmo nó apertado e vertiginoso de tempo sem medida. Considero privilégio meu dispor deste
06 verso, porque me chamo José e muitas vezes na vida me tenho interrogado: “E agora?” Foram
07 aquelas horas em que o mundo escureceu, em que o desânimo se fez muralha, fosso de víboras, em
08 que as mãos ficaram vazias e atônitas. “E agora, José?” Grande, porém, é o poder da poesia para
09 que aconteça, como juro que acontece, que esta pergunta simples aja como um tônico, um golpe de
10 espora, e não seja, como poderia ser, tentação, o começo da interminável ladainha que é a piedade
11 por nós próprios.

12 Em todo o caso, há situações de tal modo absurdas (ou que o pareceriam vinte e quatro horas
13 antes), que não se pode censurar a ninguém um instante de desconforto total, um segundo em que
14 tudo dentro de nós pede socorro, ainda que saibamos que logo a seguir a mola pisada, violentada, se
15 vai distender vibrante e verticalmente armar. Nesse momento veloz tocara-se o fundo do poço.

16 Mas outros Josés andam pelo mundo, não o esqueçamos nunca. A eles também sucedem
17 casos, desencontros, acidentes, agressões, de que saem às vezes vencedores, às vezes vencidos.
18 Alguns não têm nada nem ninguém a seu favor, e esses são, afinal, os que tornam insignificantes e
19 fúteis as nossas penas. A esses, que chegaram ao limite das forças, acuados a um canto pela matilha,
20 sem coragem para o último ainda que mortal arranco, é que a pergunta de Carlos Drummond de
21 Andrade deve ser feita, como um derradeiro apelo ao orgulho de ser homem: “E agora, José?”

22 Precisamente um desses casos me mostra que já falei demasiado de mim. Um outro José está
23 diante da mesa onde escrevo. Não tem rosto, é um vulto apenas, uma superfície que treme como
24 uma dor contínua. Sei que se chama José Júnior, sem mais riqueza de apelidos e genealogias, e vive
25 em São Jorge da Beira. É novo, embriaga-se, e tratam-no como se fosse uma espécie de bobo.
26 Divertem-se à sua custa alguns adultos, e as crianças fazem-lhe assuadas, talvez o apedrejem de
27 longe. E se isto não fizeram, empurraram-no com aquela súbita crueldade das crianças, ao mesmo
28 tempo feroz e covarde, e o José Júnior, perdido de bêbedo, caiu e partiu uma perna, ou talvez não, e
29 foi para o hospital. Mísero corpo, alma pobre, orgulho ausente – “E agora, José?”

30 Afasto para o lado os meus próprios pesares e raivas diante deste quadro desolado de uma
31 degradação, do gozo infinito que é para os homens esmagarem outros homens, afogá-los
32 deliberadamente, aviltá-los, fazer deles objeto de troça, de irrisão, de chacota – matando sem matar,
33 sob a asa da lei ou perante a sua indiferença. Tudo isto porque o pobre José Júnior é um José Júnior
34 pobre. Tivesse ele bens avultados na terra, conta forte no banco, automóvel à porta – e todos os
35 vícios lhe seriam perdoados. Mas assim, pobre, fraco e bêbedo, que grande fortuna para São Jorge
36 da Beira. Nem todas as terras de Portugal se podem gabar de dispor de um alvo humano para darem
37 livre expansão a ferocidades ocultas. [...]

SARAMAGO, José. In: _____. *A bagagem do viajante*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 33-34. Texto adaptado para atender às prescrições do Acordo Ortográfico em vigor a partir de 2009.

Com base no **texto**, responda às questões **01 a 10**.

01. O texto “E agora, José?” foi publicado numa coletânea de crônicas escritas por José Saramago. Considerando o público-alvo do texto – leitores da coletânea ou do jornal onde a crônica foi originalmente publicada, é correto inferir que um dos efeitos consequentes à leitura do texto é:
- A) o reconhecimento de um semelhante na pessoa de José Júnior.
 - B) o entendimento dos efeitos paliativamente benéficos do álcool.
 - C) a valorização dos dramas experimentados pelos Josés da elite burguesa.
 - D) a reflexão sobre a injustiça decorrente da desigualdade socioeconômica.
 - E) a crítica ao uso da violência como recurso para a manutenção de privilégios.

02. Para o enunciador, o verso do poema de Carlos Drummond de Andrade:

- A) beira a incompreensão.
- B) instala o conflito irresolvível.
- C) trata o passado como remorso.
- D) torna-se verdadeiro na idade adulta.
- E) atua na superação do sofrimento.

03. As relações adversativas manifestam uma oposição entre duas ideias. Com base nisso, considere o esquema a seguir.

Ideia I ⇒ “porém” (linha 08) ⇒ Ideia II.
Ideia III ⇒ “Em todo o caso” (linha 12) ⇒ Ideia IV.
Ideia V ⇒ “Mas” (linha 16) ⇒ Ideia VI.

A assertiva “Muitas vezes, sentimo-nos completamente perdidos” equivale, no esquema:

- A) apenas às ideias I e III.
- B) apenas às ideias II e VI.
- C) apenas às ideias IV e V.
- D) às ideias I, IV e V.
- E) às ideias II, III e VI.

04. O uso do vocábulo “talvez” nos excertos “talvez o apedrejem de longe” (linhas 26-27) e “ou talvez não” (linha 28) indica que o enunciador:

- A) ainda está delineando a caracterização da cena que acabou de criar.
- B) realizou uma coleta de informações incompletas sobre o fato narrado.
- C) realça a sensação de incerteza das crianças que maltratam José Júnior.
- D) enfatiza que as ações mencionadas são verossímeis ainda que improváveis.
- E) considera que as ações mencionadas ocupam papel secundário na cena narrada.

05. Considerando as relações de coesão e coerência estabelecidas pelo texto, é correto afirmar que, no plano conotativo, “homens” (linha 31, antes de “esmagarem”) equivale a:

- A) “outros Josés” (linha 16) e “homem” (linha 21).
- B) “Alguns” (linha 18) e “genealogias” (linha 24).
- C) “matilha” (linha 19) e “terras de Portugal” (linha 36).
- D) “objeto de troca” (linha 32) e “bens avultados” (linha 34).
- E) “a asa da lei” (linha 33) e “um alvo humano” (linha 36).

06. Os pronomes sublinhados em “que o pareceriam vinte e quatro horas antes” (linhas 12-13) e “não o esqueçamos nunca” (linha 16) retomam, respectivamente:

- A) uma oração e uma oração.
- B) um adjetivo e uma oração.
- C) um adjetivo e um pronome.
- D) uma oração e um substantivo.
- E) um advérbio e um substantivo.

07. O enunciador utiliza a expressão “é que” (linha 20) para reforçar que, no parágrafo em análise, há uma:

- A) causa.
- B) dúvida.
- C) correção.
- D) alternativa.
- E) consequência.

08. A forma verbal “Tivesse” (linha 34), para que se mantenham a classificação da oração subordinada adverbial de que faz parte e o sentido original do enunciado em que se encontra, pode ser substituída por:
- A) Tido.
 - B) Teria.
 - C) Tiver.
 - D) Tinha.
 - E) Tendo.
09. O sentido de “Este, que veio ao mundo muito depois de mim, pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, acompanha-me desde que nasci” (linhas 02-03) permanece inalterado em:
- A) Este, pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, que veio ao mundo muito depois de mim, desde que nasci me acompanha.
 - B) Desde que nasci, este, que, pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, veio ao mundo muito depois de mim, acompanha-me.
 - C) Pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, este, que veio ao mundo muito depois de mim, acompanha-me desde que nasci.
 - D) Desde que nasci pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, este, que veio ao mundo muito depois de mim, acompanha-me.
 - E) Este, muito depois de mim, que veio ao mundo pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade, acompanha-me desde que nasci.
10. Assinale a alternativa em que o vocábulo “um” é classificado corretamente como numeral.
- A) “um segundo” (linha 13).
 - B) “um canto” (linha 19).
 - C) “um vulto” (linha 23).
 - D) “um José Júnior pobre” (linhas 33-34).
 - E) “um alvo humano” (linha 36).

11. A década de 1990 testemunhou o início de uma série de mudanças que ocorreram na perspectiva neoliberal, marca do governo FHC. O mecanismo responsável pelas transformações ocorridas, sobretudo no Ensino Superior ficou conhecido como:
- A) Reforma Universitária.
 - B) Plano Nacional de Educação.
 - C) Diretrizes Curriculares da Educação Nacional.
 - D) Programa de Expansão da Educação Profissional.
 - E) Programa de qualificação das Instituições de Ensino Superior.
12. Após a década de 1990, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Ensino Superior na esfera da União, foi marcado por um programa que trouxe significativas mudanças, principalmente porque permitiu a ampliação de vagas, a criação de novas universidades e contratação de muitos docentes. Trata-se do:
- A) Programa Universidade para Todos – (PROUNI).
 - B) Programa Nacional de Inclusão de Jovens – (PROJOVEM).
 - C) Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior.
 - D) Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – (PRADIME).
 - E) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – (REUNI).
13. Visando implementar as mudanças propostas pelo governo FHC, geralmente orientadas pelo Banco Mundial, em meados da década de 1990, o então ministro da Educação, Paulo Renato de Souza declarou que a reforma universitária tinha por base três grandes objetivos, identificados como:
- A) Implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); valorização do profissional docente; e implantação do sistema de cotas em todas as universidades.
 - B) Inclusão social através do Programa Universidade para Todos PROUNI; política voltada à juventude com o PROJOVEM; e inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.
 - C) Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos – “Provão”, Autonomia Universitária e Melhoria do Ensino (através do Programa de Gratificação e Estímulo a Docência-GED).
 - D) Aumento dos recursos destinados às universidades federais; ampliação de vagas nas universidades públicas e fim dos vestibulares para ingresso nas universidades públicas (anunciando o ENEM).
 - E) Aumento salarial dos professores (através de gratificações); inclusão social, através do Programa Universidade para Todos (PROUNI); e aumento dos recursos destinados às universidades Federais.
14. O Ministério da Educação - MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior/SESu e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI, com vistas a cumprir as exigências legais e institucionalizar ações de política de acessibilidade na Educação Superior no Brasil, implementou nas IFES, em meados do ano 2000, um programa de grande destaque, denominado:
- A) Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.
 - B) Programa Incluir - acessibilidade na Educação Superior.
 - C) Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior – PROMISAES.
 - D) Programa IFES Incluir – acessibilidade e permanência na educação superior.
 - E) Programa Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite.

15. Documento orientador que tem o propósito de servir de subsídio para a ação dos avaliadores nas Instituições de Ensino Superior – IES, acerca de questões pertinentes à acessibilidade em seus diferentes níveis, de estudantes com necessidades de atendimento diferenciado:
- A) Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.
 - B) Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado.
 - C) Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil – PNAES.
 - D) Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).
 - E) Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.
16. Sobre o Programa Incluir – acessibilidade na Educação Superior é correto afirmar:
- A) Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - B) Tem o propósito de servir de subsídio para a ação dos avaliadores acerca de questões pertinentes à acessibilidade em seus diferentes níveis, de estudantes com necessidades de atendimento diferenciado.
 - C) Assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.
 - D) Determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
 - E) Prioriza o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos e, optativamente, nos demais cursos de educação superior.
17. O Governo Federal, por meio do MEC, lançou em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. Reafirmado pela Agenda Social, o Plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros:
- A) Políticas Públicas e Avaliação Educacional.
 - B) Formação de Professores e Políticas Públicas.
 - C) Avaliação Educacional com foco na Educação Especial e Formação de Professores com foco em LIBRAS.
 - D) Formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.
 - E) O ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.
18. No ano de 2009, na Universidade Federal do Ceará, foi criada a Comissão Especial de Educação Inclusiva (CEIn) que, por sua vez, alicerça a elaboração do documento *Políticas de Acessibilidade da UFC*. A CEIn é responsável por:
- A) implantar a estruturação de um setor que viabilize a garantia de ações que possibilitem a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.
 - B) iniciar diálogos com as unidades acadêmicas e administrativas da UFC, na perspectiva de divulgar e discutir a política de acessibilidade da UFC.
 - C) realizar estudos das condições de acessibilidade, com o fim de propor políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiências na UFC.
 - D) ofertar cursos de Língua Brasileira de Sinais, de Tecnologias Assistivas e material de leitura e escrita no Sistema Braille para estudantes de graduação da UFC.
 - E) estimular, como prioridade, o desenvolvimento de ações que identifiquem os estudantes com deficiência na UFC e ativar mecanismos para o melhor atendimento destes.

19. O Planejamento Estratégico é fundamental para balizar o planejamento de programas e projetos educacionais. Suas etapas de elaboração, de acordo com (Lück 2000b, p.12), estão corretamente descritas em:
- A) Diagnóstico, definição dos objetivos da instituição, missão, visão e metas, plano de execução e avaliação.
 - B) Definição da missão, da visão de futuro, objetivos institucionais, fluxograma operacional, metas e avaliação.
 - C) Análise dos objetivos; definição dos valores, visão de futuro e métodos estratégicos; fluxograma; avaliação e tomada de decisões.
 - D) Determinação e análise dos objetivos; definição da missão, visão de futuro e metas; implantação de fluxograma operacional; avaliação e retroalimentação das informações.
 - E) Análise do ambiente interno e externo; diagnóstico; definição da missão, da visão de futuro e valores; objetivos estratégicos; plano operacional; questões estratégicas; metas; plano de ação e avaliação/controle.
20. Planejar programas e projetos educacionais com base no planejamento estratégico exige daquele que o faz postura específica. Assinale a alternativa que corretamente se adequa:
- A) Traçar objetivos de curto de curtíssimo prazo permite que se revele o propósito da organização em termos de sua visão e missão.
 - B) É preciso ser rígido, sem flexibilidade e firme nos seus objetivos, não se importando com influências externas, buscando sobretudo alcançar suas metas.
 - C) Ignorar os níveis hierárquicos da organização permite maior autonomia para que se apresente um modelo de decisões coerente e unificado, com vistas ao sucesso do projeto.
 - D) O planejamento elaborado não pode ser a referência básica para que se assegure o bom desenvolvimento da instituição, pelo contrário, deve ser elaborado para atuar como uma ferramenta auxiliar.
 - E) Planejar tentando alcançar vantagem competitiva de longo prazo em cada área de atuação, respondendo de maneira apropriada às oportunidades e ameaças do ambiente da instituição e às suas forças e fraquezas internas é uma oportunidade para executar um bom trabalho.
21. Abordagem de ensino que privilegia aspectos da personalidade do sujeito que aprende, onde o ensino é “centrado no aluno”. Aprendizagem que se constrói por meio da re-significação das experiências pessoais. Defende o processo de auto-avaliação do aluno. Trata-se da concepção:
- A) Humanista.
 - B) Corporativa.
 - C) Tecnológica.
 - D) Colaborativa.
 - E) Interacionista.
22. Concepção de educação que vem para criar, apropriar e adaptar os princípios filosóficos, metodológicos e empresariais das práticas de treinamento, onde o desenvolvimento das práticas profissionais, técnicas e gerenciais são consideradas essenciais para a realização das estratégias de negócio (Bayma 2004). Esta abordagem de educação, constitui-se a concepção de aprendizagem chamada:
- A) Humanista.
 - B) Tecnológica.
 - C) Corporativa.
 - D) Colaborativa.
 - E) Interacionista.
23. Ao conceber a aprendizagem como processo sócio histórico, mediado pela cultura, Vygotsky vincula a aprendizagem aos esquemas de significação e aos planos de desenvolvimento: Filogenético (história da espécie), Ontogenético (desenvolvimento histórico do indivíduo) e Sociogenético (história da cultura). Esta concepção de aprendizagem é conhecida como:
- A) Colaborativa.
 - B) Interacionista.
 - C) Tecnológica.
 - D) Corporativa.
 - E) Humanista.

24. Nas últimas décadas, ao lado do modelo de produção taylorista/fordista (ainda não extinto), um novo paradigma de educação profissional instala-se, decorrente das mudanças na base técnica, com ênfase na microeletrônica que vem provocando novas demandas para a formação dos trabalhadores. A educação profissional brasileira constitui-se uma demanda urgente e necessária, tendo em vista, principalmente:
- A) As exigências psicoeducacionais.
 - B) A carência de trabalhadores qualificados.
 - C) A formação de professores e adaptação curricular.
 - D) A necessária reformulação curricular para o Ensino Médio.
 - E) O cumprimento de planos e metas nacionais nas universidades.
25. Sobre a Educação Profissional no Brasil, de acordo com o Cap.III, Art. 41 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é correto afirmar:
- A) O conhecimento adquirido, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.
 - B) Busca o desenvolvimento de competências tecnológicas específicas para a gestão de processos, descartando as competências gerais e humanistas.
 - C) Será ministrada, preferencialmente em instituições públicas de Ensino Superior, com variados graus de abrangência ou especialização.
 - D) Tem como principal finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento generalista.
 - E) Deverá articular-se, preferencialmente, com a educação especial, na forma do regulamento da IES.
26. A formação do trabalhador exige que se estabeleça uma articulação entre a educação profissional e o mundo da produção e do trabalho. Entretanto, no momento histórico atual, as políticas para a educação profissional e tecnológica colocam-se para além do fator econômico. Nesse sentido, é correto afirmar que a educação profissional:
- A) Caracteriza-se pelo conhecimento das formas contemporâneas de linguagem.
 - B) Deve incorporar todas as dimensões educativas que ocorrem no âmbito das relações sociais que objetivam a formação humana nas dimensões social, política e produtiva.
 - C) É um trabalho puramente acadêmico, que acentua a exigência de formadores com domínio de conteúdos e técnicas laborais e de metodologias de aprendizagem.
 - D) Constitui-se como consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.
 - E) É o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
27. O Regimento Geral da UFC, em seu Art. 1ºA, defende que a Educação Superior ministrada nesta IES, deverá ter por finalidade, dentre outras:
- A) Estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.
 - B) Receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultantes de convênios com entidades públicas e privadas.
 - C) Aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais.
 - D) Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento do Centro ou Faculdade, deste Regimento Geral e do Estatuto, assim como as deliberações do Departamento e dos órgãos da administração escolar e superior da Universidade.
 - E) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração.

28. No que se refere à matrícula, constante no Capítulo IV do Regimento Geral da UFC, é correto afirmar:
- A) Será permitida matrícula institucional em mais de 04 (quatro) períodos letivos.
 - B) Será permitida a matrícula simultânea em 02 (dois) ou mais cursos de graduação da Universidade.
 - C) A matrícula não poderá fazer-se com aproveitamento de estudos realizados para ciclos, cursos e habilitações da mesma duração ou de duração diferente.
 - D) A escolha das várias disciplinas, para efeito de matrícula, não dependerá de sua inclusão na lista de ofertas e sim da necessidade do estudante, considerando o tempo que ainda resta para a conclusão de seu curso.
 - E) Poderá ocorrer a matrícula simultânea num curso de aperfeiçoamento ou de especialização e num curso de mestrado ou de doutorado, desde que expressamente autorizada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ao qual o aluno encontra-se matriculado.
29. Com respeito à Avaliação de Rendimento Escolar, o Regimento Geral da UFC, assegura:
- A) A devolução das avaliações corrigidas deverá fazer-se pelo menos até 10 (dez) dias antes da verificação seguinte.
 - B) As avaliações escritas, após corrigidas, e suas notas transcritas nos mapas de notas pelo professor, serão devolvidas ao aluno.
 - C) É direito do aluno, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o conhecimento do resultado da avaliação, solicitar revisão de prova pelo próprio docente.
 - D) A segunda chamada das provas, somente será permitida quando solicitada, por e-mail, até 02 (dois) dias úteis decorridos após a realização da prova em primeira chamada.
 - E) A verificação do rendimento na perspectiva do curso far-se-á, principalmente, por meio de provas escritas, sendo dispensável a cobrança por monografias ou trabalhos equivalentes, estágios, internatos e outras formas de treinamento em situação real de trabalho.
30. Conforme Regimento Geral da UFC, para garantir sua autonomia didático-científica, caberá aos colegiados de ensino, pesquisa e extensão decidir sobre:
- A) Criação, expansão, modificação e extinção de cursos; Ampliação e diminuição de vagas; Elaboração da programação dos cursos; Programação das pesquisas e das atividades de extensão; Contratação e dispensa de professores; Planos de carreira docente.
 - B) Jubilação ou desligamento de alunos; Opinar deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre processos de revalidação de diplomas e sobre validação de estudos; Julgamento dos processos de adaptação e aproveitamento de estudos.
 - C) Convocação e presidência das reuniões do Departamento; Administração e representação dos Departamentos; Submissão do plano das atividades a serem desenvolvidas em cada período letivo; designação professores-orientadores, por solicitação dos coordenadores de curso.
 - D) Apreciação dos planos de novos cursos de graduação e pós-graduação, submetendo-os à consideração do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a transformação ou a supressão de cursos mantidos no âmbito do Centro ou Faculdade.
 - E) Cumprimento das disposições do Estatuto da Universidade, do Regimento Geral e do Regimento do Centro ou Faculdade; Assinatura de diplomas e certificados, na forma do Regimento Geral; Exercício de atividades de supervisão, coordenação e fiscalização; Constituição de comissões para estudo de assuntos específicos.
31. Os órgãos colegiados deliberativos da Universidade que fazem parte da esfera da Administração Superior, são:
- A) O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, os departamentos e o Conselho de Curadores.
 - B) As coordenações de curso de graduação e pós-graduação, O Conselho de Campus e o Conselho Universitário.
 - C) Os Conselhos de Centro, os Conselhos departamentais e as Coordenações de cursos de pós-graduação.
 - D) O Conselho Universitário, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho de Curadores.
 - E) Os departamentos, as coordenações de curso de graduação e pós-graduação, os Conselhos de Centro e os Conselhos Departamentais.

32. Todos os aspectos da vida funcional dos servidores admitidos no regime do Serviço Público, atendidas as peculiaridades do trabalho universitário, são regulados pelo seguinte documento:
- A) Portaria Normativa nº 12/2008.
 - B) Constituição da República Federativa do Brasil.
 - C) Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.
 - D) Regimento Geral da Universidade Federal do Ceará.
 - E) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96).
33. De acordo com o Regimento Geral, em seu Art 2o-A. a UFC, no exercício de sua autonomia e para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, terá, sem prejuízo de outras, atribuições específicas. Marque a opção que corretamente se constitui uma atribuição específica desta IES, de acordo com o artigo em evidência:
- A) Fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes.
 - B) Propor aos órgãos competentes, providências para melhoria do ensino ministrado no curso.
 - C) Acompanhar a execução dos planos de ensino e programas pelos docentes.
 - D) Julgar processos de adaptação e aproveitamento de estudos.
 - E) Programação das pesquisas e das atividades de extensão.
34. No que se refere ao funcionamento dos órgãos colegiados, previsto no Regimento Geral da UFC, é correto afirmar:
- A) Os colegiados deliberativos reunir-se-ão com a presença de qualquer número dos seus membros.
 - B) Será facultativo, escolhendo-se a qualquer outra atividade universitária, o comparecimento dos membros docentes às reuniões dos colegiados deliberativos.
 - C) As reuniões dos colegiados deliberativos deverão ser programadas de modo que seja reduzida a um mínimo, quando não eliminada, a sua interferência no andamento normal dos demais trabalhos universitários.
 - D) Nas faltas ou impedimentos do presidente de colegiado deliberativo ou de seu substituto legal, a presidência será exercida por qualquer membro da instituição desde que atue no magistério da Universidade.
 - E) A convocação de colegiado deliberativo será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, em documento escrito, pelo seu Presidente ou, excepcionalmente, por 2/3 (dois terços) de seus membros, com indicação da pauta de assuntos a ser considerada na reunião.
35. Com respeito à Pesquisa, o Regimento Geral da UFC aponta que a Universidade incentivará a pesquisa por todos os meios ao seu alcance, entre os quais destaca-se corretamente:
- A) Proibição de auxílios para execução de projetos específicos.
 - B) Formação de pessoal em cursos técnicos e profissionalizantes.
 - C) Exclusão da concessão de bolsas de estudo em categorias diversas.
 - D) Oferta de cursos de Formação de Professores, especialmente em nível de pós-graduação.
 - E) Realização de convênios com agências nacionais, estrangeiras e internacionais, visando a programas de investigação científica.
36. Quanto aos diplomas, certificados e títulos, é correto afirmar:
- A) Os certificados dos cursos de especialização ou de aperfeiçoamento deverão ser assinados pelo Reitor e Pró-Reitor de Graduação.
 - B) Os diplomas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* serão assinados, em cada caso, pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação e pelo Reitor.
 - C) Nos cursos de pós-graduação *lato sensu*, serão expedidos certificados assinados, em cada caso, exclusivamente pelo Diretor da Unidade Acadêmica.
 - D) Os diplomas e certificados de graduação expedidos por estabelecimento de ensino superior estrangeiro não poderão ser revalidados pela Universidade.
 - E) Os diplomas serão assinados, indispensavelmente, pelo Diretor do Centro ou Faculdade a que esteja afeta a coordenação do Ciclo Profissional, pelo Reitor e pelo diplomado.

37. No que se refere aos Currículos e Programas, o Regimento Geral da UFC, corretamente aponta que:
- A) A Coordenação do curso tem autonomia para propor as disciplinas complementares, sem consulta prévia a aos órgãos deliberativos.
 - B) O controle da integralização curricular será feito pelo sistema de créditos-hora, correspondendo um crédito a 16 (dezesseis) horas do total mínimo prefixado para a disciplina em que o aluno seja aprovado.
 - C) O plano de ensino de cada disciplina será elaborado pelo colegiado do curso, ou grupo de professores, com aprovação pelo departamento.
 - D) O currículo de cada curso abrangerá disciplinas aleatórias, cuja integralização dará direito ao correspondente diploma ou certificado.
 - E) O Ciclo Básico de graduação compreenderá, pelo menos, 36 (trinta e seis) créditos, a serem obtidos mediante o estudo das disciplinas constantes no Regimento Geral.
38. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96) explicita em seu Capítulo IV, Artigo 43, as finalidades da Educação Superior. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma dessas finalidades.
- A) Conferir, através dos cursos de graduação e pós-graduação, graus, diplomas e outros títulos, conforme a necessidade e legislação vigente.
 - B) Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.
 - C) Aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais.
 - D) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.
 - E) Assegurar que os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, tenham abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.
39. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9394/96, no que se refere à Educação Superior, é correto afirmar:
- A) Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, receberão bolsas de incentivo financeiro durante a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.
 - B) Na educação superior, o ano letivo regular, dependente do ano civil, tem, no mínimo, cento e oitenta dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
 - C) Promover a extensão, restrita à participação da população acadêmica, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
 - D) A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.
 - E) Independente de prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento.
40. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Nº 9394/96), em seu Art. 52, as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:
- A) Possuir, todo o seu corpo docente, devidamente contratado em regime de tempo integral.
 - B) Elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais vigentes e executá-las.
 - C) Possuir, obrigatoriamente, metade do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.
 - D) Propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis.
 - E) Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.

41. Conforme preconiza o Art. 57 da LDB (9394/96), nas instituições públicas de Educação Superior, o docente ficará obrigado:
- A) Ao mínimo de oito horas semanais de aulas.
 - B) Ao mínimo de dez horas semanais de aulas.
 - C) Ao mínimo de doze horas semanais de aulas.
 - D) Ao mínimo de quatorze horas semanais de aulas.
 - E) Ao mínimo de vinte horas semanais de aulas.
42. A Lei Nº 10.861, de 14 de Abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que tem como principal objetivo:
- A) Assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional (Lei nº 9394/96).
 - B) Implantar políticas de atendimento aos estudantes e obter sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior, considerando o que preconiza da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96).
 - C) Revelar a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
 - D) Fomentar a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96).
 - E) A melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior.
43. A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE. A Portaria normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 - Republicada em 29 de dezembro de 2010 orienta sobre o ENADE. Sobre este, assinale a alternativa correta.
- A) É componente curricular optativo dos cursos de graduação, portanto não constará do histórico escolar do estudante sua participação ou dispensa da prova.
 - B) Será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de determinados cursos de graduação, ao final do último ano de curso.
 - C) A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será bienal e, opcionalmente, será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.
 - D) Será responsabilidade do estudante de graduação de qualquer instituição de ensino superior a sua inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. A não-inscrição para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeitará ao estudante à aplicação das sanções previstas em legislação específica.
 - E) Aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

44. Sobre as atribuições da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES é correto afirmar que, compete à CONAES:
- A) Estimular práticas de estudos independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.
 - B) Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação e zelar pela implementação de novos cursos de pós-graduação.
 - C) Formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação.
 - D) Assegurar, às instituições de ensino superior, ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas.
 - E) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa.
45. A Portaria Normativa Nº 12, de 05 de setembro de 2008, institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). Sobre este, é correto afirmar:
- A) Consolida informações relativas aos cursos superiores constantes dos cadastros, censo e avaliações oficiais disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
 - B) Promove a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.
 - C) Responsável por aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor; obedecendo o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96).
 - D) Compete realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos; conforme legislação em vigor.
 - E) Responsável por efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao bom desempenho da IES.
46. A Resolução nº 2, de 18 de Junho de 2007, dispõe, sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Determina que a Carga Horária e Oferta de Estágios e Atividades complementares, atendidos os tempos letivos fixados na Lei nº 9.394/96, deverão ser dimensionadas em, no mínimo:
- A) 100 (cem) dias de trabalho acadêmico efetivo e 15% (quinze por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.
 - B) 150 (cento e cinquenta) dias de trabalho acadêmico efetivo 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.
 - C) 180 (cento e oitenta) dias de trabalho acadêmico efetivo e 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.
 - D) 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo e 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.
 - E) 250 (duzentos e cinquenta) dias de trabalho acadêmico efetivo e 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.
47. A Portaria Nº 1, de 5 de Janeiro de 2009, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, aprova, em extrato, o instrumento de avaliação para reconhecimento de cursos superiores na área de:
- A) Saúde.
 - B) Direito.
 - C) Tecnologia.
 - D) Engenharias.
 - E) Bacharelados e licenciaturas.

48. O Parecer CNE/CES nº 776/1997 esclarece que as diretrizes curriculares precisam observar determinados princípios. Dentre as opções elencadas, marque aquela que corretamente corresponde a um desses princípios:
- A) Prolongar, sempre que possível, a duração dos cursos de graduação.
 - B) Estimular práticas de estudos independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.
 - C) Incentivar ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos.
 - D) Excluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.
 - E) A composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como a especificação das unidades de estudos a serem ministradas pelas instituições de ensino superior definida rigidamente pelo Conselho Nacional de Educação.
49. As portarias nº 1 e nº 2 de 05 de janeiro de 2009 que aprovam, em extrato, o instrumento de avaliação para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação. Estas, trazem em comum as dimensões de Avaliação, quais são:
- A) Formação do corpo docente; Projeto pedagógico do curso; condições de acessibilidade.
 - B) Plano de Desenvolvimento Educacional; Acervo bibliográfico; Sistemas de Avaliações.
 - C) Organização didático-pedagógica; Corpo Docente, Discente e Técnico-administrativo; Instalações Físicas.
 - D) Organização didático-pedagógica; Formação acadêmica, experiência e dedicação do coordenador; Laboratórios.
 - E) Adequação dos recursos materiais à proposta curricular; Articulação teoria e prática, de acordo com a concepção do curso; Atividades acadêmicas articuladas.
50. O Parecer 583/2001 trata sobre orientações para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação. Neste documento o relator defende que as diretrizes para os referidos cursos devem contemplar:
- A) Fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão.
 - B) Orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.
 - C) Reconhecimento de habilidades, competências e conhecimentos adquiridos fora do ambiente escolar, inclusive os que se refiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada.
 - D) Perfil do formando/egresso/profissional; Competência/habilidades/atitudes; Habilitações e ênfases; Conteúdos curriculares; Organização do curso; Estágios e Atividades Complementares e Acompanhamento e Avaliação.
 - E) Sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa.